

# Demonstrações Contábeis Regulatórias

Rosal Energia S.A.

31 de dezembro de 2025  
com Relatório do Auditor Independente



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários  
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil  
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil  
Telefone +55 (31) 2128-5700  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Conselheiros e Diretores da

**Rosal Energia S.A.**

Belo Horizonte - MG

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Rosal Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Rosal Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rosal Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis regulatórias de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Rosal Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Outros assuntos

A Rosal Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 13 de abril de 2026.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 13 de abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Samuel Aísson Epaminondas Cabral  
Contador CRC GO-018421/O-0

## SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025 .....	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	8
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	10
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	11
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	12
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS .....	14
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	14
2. BASE DE PREPARAÇÃO .....	14
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	17
4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS .....	17
6. DEPÓSITOS JUDICIAIS .....	18
7. IMOBILIZADO .....	19
8. INTANGÍVEL .....	21
9. FORNECEDORES .....	21
10. PROVISÕES.....	21
11. TRIBUTOS .....	22
12. ENCARGOS REGULATÓRIOS .....	25
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	26
14. RECEITA.....	28
15. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS – PARCELA “A”.....	29
16. CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B” .....	29
17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS .....	30
18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	30
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS .....	32
20. NOTAS DE CONCILIAÇÃO.....	35
TERMO DE RESPONSABILIDADEDE .....	40

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Senhores Acionistas,

A Rosal Energia S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

### A ROSAL ENERGIA

A Rosal Energia S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, subsolo 1, Sala 8, Bairro Santo Agostinho e tem por objetivo social a geração e a comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza. Poderá, para tanto, elaborar estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação, a manutenção de usinas de geração e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Companhia poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética. A UHE Rosal foi construída em 1999 e adquirida pela Cemig em dezembro de 2004. A Companhia é certificada nas normas ISO 9001, 14001 e OHSAS 18001.

#### Capacidade instalada

Central Gerada	Capacidade instalada (MW) (Não auditado)
Rosal	55

#### Parque Gerador – Características Físicas

Usina	Potência Total (MW) (Não auditado)	Garantia Física Total (Não auditado)	Tipo de Usina	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Rosal	55	27,7	UHE	1.999	13/12/2035

#### Garantia Física Realizada e Esperada em MW (não auditado)

Usina	2023 Realizado	2024 Realizado	2025 Realizado	2026	2027	2028	2029
Rosal	27,7	27,7	27,7	27,7	27,7	27,7	27,7

## Modelo de Negócio e Condições no ACR

Usina	Modelo de Negócio em 31/12/2024	Preço no ACR em 31/12/2024	Data e índice de reajuste no ACR
Rosal	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável

## Projetos de usinas – evolução física e investimentos

Usina	Evolução física até 31/12/2024	Investimento realizado até 31/12/2024	Evolução física até 31/12/2025	Investimento realizado até 31/12/2025
Rosal	100%	15.856	100%	18.858

## COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é de R\$46.944 mil, constituído por 46.944.467 (quarenta e seis milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – CEMIG GT.

## AMBIENTE REGULATÓRIO

No ano de 2025, a hidrologia verificada manteve-se em níveis significativamente abaixo da média histórica, aproximando-se das piores condições já observadas no período entre 1931 e 2024. A Energia Natural Afluente (ENA) ficou em 77% da média de longo termo (MLT) no Sistema Interligado Nacional (SIN), sendo que os submercados Sudeste (76% MLT), Sul (90% MLT), Nordeste (46% MLT) e Norte (73% MLT).

Para 2025 tivemos a recalibração dos parâmetros de risco dos modelos de precificação que saíram de um par 25/35 (25% das piores series com um peso de 35% na função objetivo) para um par 15/40 (15% das piores series com um peso de 40% na função objetivo), essa altera faz com que o modelo fique mais averso ao risco elevando o custo de operação do sistema e assim o PLD (Preço da Liquidação das Diferenças).

Já o armazenamento não apresentou destaques permanecendo em valores próximos a média do histórico e fechando o ano com 45% de armazenamento no SIN (10º Maior de 1999 a 2025)

O PLD de 2025 iniciou o ano com valores abaixo de R\$ 100/MWh refletindo as boas chuvas de dezembro e janeiro, contudo a partir de março o preço elevou para acima

de R\$ 300/MWh, ao longo dos meses seguintes ficou oscilando entre 200 e 300 R\$/MWh. Na média do ano tivemos o sudeste com R\$ 223,46/MWh, Sul com R\$ 225,94/MWh, Nordeste com R\$ 176,61/MWh e Norte com R\$ 182,22/MWh. O GSF (*Generation Scarling Factor*) médio do ano ficou em 0,83, sendo o maior verificado em janeiro (1,13) e o menor em agosto (0,625).

### **Taxa Regulatória de Remuneração do Capital (WACC)**

Em 27 de março de 2025, a Aneel publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de geração, transmissão e distribuição, aplicadas aos processos instruídos de março de 2025 a fevereiro de 2026. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às geradoras e usinas cotistas foi de 7,91% (7,56% em 2024).

## **INVESTIMENTOS**

Com a finalidade de manter a adequada funcionalidade e disponibilidade da usina, a Rosal Energia realiza os investimentos necessários para a manutenção dos processos e rotinas da usina, além de atendimento a requisitos legais ambientais e de segurança de barragens.

Através de técnicas de engenharia de confiabilidade, é realizado o diagnóstico de suas instalações com o objetivo de identificar os investimentos necessários para garantir a disponibilidade do ativo, redução dos riscos estrutural e funcional das barragens e às pessoas e equipamentos, e atendimento aos requisitos ambientais, regulatórios e obrigações legais.

Em 2025, a companhia investiu R\$ 3.002 mil, desse montante destaca-se a aquisição de equipamentos e materiais diversos.

## **DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

### ***Resultado do Exercício***

A Companhia apurou um lucro regulatório de R\$22.161 mil em 2025, em comparação ao resultado de R\$25.216 mil em 2024.

### ***Receita Operacional***

A receita bruta de fornecimento de energia elétrica foi de R\$66.468 mil em 2025 (R\$63.667 mil em 2024), que representa um aumento de 4,40%.

### ***Tributos e Encargos Incidentes sobre a Receita***

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$17.012 mil em 2025, comparados a R\$15.577 mil em 2024, representando um aumento de 9,21%.

Vide mais informações sobre a composição da receita operacional na Nota Explicativa nº 14 das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

### ***Custos e Despesas Operacionais***

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$28.348 mil em 2025, comparado a R\$23.295 mil em 2024, representando um aumento de 21,69%, dos quais R\$ 14.503 mil (51,16%) referem-se aos custos não gerenciáveis e R\$13.845 mil (48,84%) referem-se aos custos gerenciáveis. Essa variação decorre, principalmente, do aumento dos custos com energia elétrica comprada para revenda.

### ***Resultado Financeiro Líquido***

O resultado financeiro em 2025 foi uma receita financeira líquida de R\$4.367 mil, comparada a uma receita financeira líquida de R\$3.101 mil em 2024, representando um aumento de 40,83%.

### ***Imposto de Renda e Contribuição Social***

Em 2025, a Companhia apurou despesas no montante de R\$3.314 mil referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, representando 13,01% em relação ao lucro de R\$25.475 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, em 2024, a Companhia apurou o montante de R\$2.680 mil referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, representando 9,61% em relação ao lucro de R\$27.896 mil antes dos efeitos fiscais.

### ***Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA***

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2025, o LAJIDA da Companhia foi de R\$24.288 mil (R\$27.878 mil em 2024) e a Margem do LAJIDA foi de 49,11% no mesmo período (68,31 % em 2024), conforme demonstrado a seguir:

	2025	2024	Var. %
<b>Resultado Líquido</b>	<b>22.161</b>	<b>25.216</b>	<b>(12,12)</b>
Despesa de IR e CS	3.314	2.680	23,66
Resultado Financeiro	(4.367)	(3.101)	40,83
Depreciação	3.180	3.083	3,15
<b>LAJIDA <sup>(1)</sup></b>	<b>24.288</b>	<b>27.878</b>	<b>(12,88)</b>

(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras contábeis regulatórias, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

## PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária - AGO a ser realizada em 2026, a seguinte proposta de destinação do resultado societário de 2025, no montante de R\$20.110 mil, acrescido do saldo de lucros acumulados, no montante de R\$2.051 mil, referente à realização da reserva de ajustes de avaliação em 2025:

- R\$8.000 mil distribuídos como dividendos intercalares em 2025;
- R\$3.081 mil referente aos dividendos mínimos obrigatórios,
- R\$11.080 mil referente aos dividendos adicionais.

## SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção. O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 1.064/2023 da ANEEL). Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento. A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Cíveis e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, também foram Classificação: Público protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura. Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2025, assim como ocorrido para as barragens da controladora, também para as controladas, e específico para a população afeta ao PAE das barragens, deu-se continuidade ao cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra pauta, agenda e metodologia específica e dedicada para integração dos PAEs das barragens aos PLANCONs- Planos de Contingência dos municípios correlacionados. Após a constituição dos 16 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 17 barragens da CEMIG holding em 2022( Barragens das UHEs Itutinga e Camargos constituem um único CI), o ano de 2025 se caracterizou pela continuidade da execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2025, foram executados:

- 04 Simulados de Evacuação com a população mapeada na ZAS para as barragens das UHEs: Emborcação, Irapé, Três Marias e Peti ( em parceria com a VALE- Mina Brucutu), envolvendo 10 municípios envolvendo até 7.400 moradores das ZAS- Zona de Autossalvamento das barragens;
- 10 Relatórios de Treinamentos Simulados das PCHs: Cajuru, Tronqueiras, Poço Fundo, e das UHEs Salto Grande, Itutinga/Camargos e Peti. Ainda em 2025, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, através de suas reuniões também foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos Hídricos e Segurança de Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas. As reuniões ocorreram para as UHEs Nova Ponte, Cajuru, Peti, Três Marias, Queimado, Emborcação, Rosal e Irapé. Os eventos contaram com a participação de público de 386 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de Classificação: Público água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Civas Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs das barragens.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais Autoridades Federais, Estaduais e Municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS****EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024****(Em milhares de Reais)****ATIVO**

	Nota	2025	2024
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.658	869
Investimentos temporários	4	11.443	1.504
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	12.148	12.757
Serviços em curso		1.495	-
Tributos compensáveis		359	289
Outros ativos		493	453
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>27.596</b>	<b>15.872</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Investimentos temporários	4	-	567
Tributos compensáveis		771	660
Depósitos judiciais	6	539	547
Imobilizado	7	57.971	57.519
Intangível	8	6.417	7.026
Outros ativos		150	203
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>65.848</b>	<b>66.522</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>		<b>93.444</b>	<b>82.394</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

### PASSIVO

	Nota	2025	2024
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores		5.399	3.838
Obrigações sociais e trabalhistas		755	727
Impostos, taxas e contribuições	11a	1.632	1.872
Imposto de renda e contribuição social a recolher	11b	349	176
Encargos regulatórios	12	2.998	1.061
Dividendos a pagar	13	3.081	2.608
Convênio de compartilhamento		266	213
Outros passivos		131	103
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>14.611</b>	<b>10.598</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Impostos, taxas e contribuições	11a	764	652
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11c	279	232
Encargos regulatórios		-	1.548
Provisões	10	103	94
Outros passivos		114	169
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.260</b>	<b>2.695</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>15.871</b>	<b>13.293</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
	13		
Capital social		46.944	46.944
Reservas de capital		160	160
Adiantamento para futuro aumento de capital		10.000	-
Reservas de lucros		20.469	21.997
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>77.573</b>	<b>69.101</b>
<b>PASSIVO TOTAL</b>		<b>93.444</b>	<b>82.394</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
<b>RECEITA</b>	13	<b>66.468</b>	<b>63.667</b>
Fornecimento de energia elétrica		68.052	66.817
Energia elétrica de curto prazo		(1.584)	(3.150)
<b>TRIBUTOS</b>	11	<b>(13.254)</b>	<b>(11.920)</b>
ICMS		(11.238)	(10.892)
PIS/Pasep		(359)	(183)
Cofins		(1.657)	(845)
<b>ENCARGOS</b>		<b>(3.758)</b>	<b>(3.657)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	13a	(494)	(481)
Reserva Global de Reversão – RGR	13b	(979)	(1.121)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH		(2.028)	(1.929)
Taxa de Fiscalização Serviço de Energia Elétrica – TFSEE		(257)	(126)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	13	<b>49.456</b>	<b>48.090</b>
<b>CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS</b>		<b>(14.503)</b>	<b>(11.296)</b>
Energia elétrica comprada para revenda		(9.482)	(6.296)
Encargos de uso da rede de distribuição		(5.021)	(5.000)
<b>RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>		<b>34.953</b>	<b>36.794</b>
<b>CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>		<b>(13.845)</b>	<b>(11.999)</b>
Pessoal e administradores		(2.622)	(2.673)
Materiais		(703)	(515)
Serviços de terceiros		(7.213)	(5.570)
Depreciação e amortização		(3.180)	(3.083)
Provisões		(17)	(9)
Gastos diversos		(110)	(149)
<b>RESULTADO DA ATIVIDADE</b>		<b>21.108</b>	<b>24.795</b>
<b>Resultado financeiro</b>	17	<b>4.367</b>	<b>3.101</b>
Receitas financeiras		4.557	3.274
Despesas financeiras		(190)	(173)
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>25.475</b>	<b>27.896</b>
Despesas com tributos sobre o lucro		(3.314)	(2.680)
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<b>22.161</b>	<b>25.216</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
RESULTADO DO EXERCÍCIO	22.161	25.216
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	22.161	25.216

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>	<b>46.944</b>	<b>160</b>	-	<b>9.385</b>	<b>14.949</b>	-	<b>71.438</b>
Pagamento de dividendos adicionais	-	-	-	-	(14.945)	-	(14.945)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	25.216	25.216
<b>Destinação do resultado proposta à AGO:</b>							
Dividendos intercalares	-	-	-	-	-	(10.000)	(10.000)
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(2.608)	(2.608)
Reserva especial	-	-	-	-	12.608	(12.608)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024</b>	<b>46.944</b>	<b>160</b>	-	<b>9.385</b>	<b>12.612</b>	-	<b>69.101</b>
Pagamento de reserva especial	-	-	-	-	(12.608)	-	(12.608)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	22.161	22.161
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	10.000	-	-	-	10.000
<b>Destinação do resultado proposta à AGO:</b>							
Dividendos intercalares	-	-	-	-	-	(8.000)	(8.000)
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(3.081)	(3.081)
Dividendos adicionais	-	-	-	-	11.080	(11.080)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025</b>	<b>46.944</b>	<b>160</b>	<b>10.000</b>	<b>9.385</b>	<b>11.084</b>	-	<b>77.573</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado do exercício	22.161	25.216
<b>Ajustes por:</b>		
Depreciação (Nota 7)	3.180	3.083
Imposto de renda e contribuição social (Nota 11)	3.314	2.680
Variações monetárias depósitos judiciais	(8)	(4)
Provisões	17	9
Rendas de aplicações financeiras	(2.745)	(1.740)
Baixa de ativo imobilizado	62	-
	<b>25.981</b>	<b>29.244</b>
<b>(Aumento) Redução de ativos</b>		
Consumidores e permissionárias (Nota 5)	609	(5.521)
Tributos compensáveis	(776)	(1.417)
Depósitos judiciais	16	-
Serviços em curso	(1.495)	-
Outros ativos	13	(17)
	<b>(1.633)</b>	<b>(6.955)</b>
<b>(Redução) Aumento de passivos</b>		
Fornecedores (Nota 9)	1.561	2.012
Obrigações sociais e trabalhistas	28	25
Impostos taxas e contribuições	(128)	1.108
Encargos setoriais	389	474
Convênio de compartilhamento	53	(42)
Outras obrigações	(118)	(93)
	<b>1.785</b>	<b>3.484</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>26.133</b>	<b>25.773</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos (Nota 11)	(2.499)	(1.575)
Juros resgatados	2.556	1.727
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>26.190</b>	<b>25.925</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	(98.548)	(46.462)
Resgates de Títulos e Valores Mobiliários	89.365	50.593
Adição de imobilizado (Nota 7)	(3.002)	(5.461)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(12.185)</b>	<b>(1.330)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Dividendos pagos (Nota 13e)	(23.216)	(26.689)
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 13)	10.000	-
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(13.216)</b>	<b>(26.689)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>789</b>	<b>(2.094)</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	869	2.963
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	1.658	869
	<b>789</b>	<b>(2.094)</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Rosal Energia S.A. (“Companhia” ou “Rosal”), sociedade anônima de capital fechado, é concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, sediada em Belo Horizonte – MG e tem por objetivo a produção e comercialização de energia elétrica produzida na Usina Hidrelétrica de Rosal (“UHE Rosal”). A Companhia tem como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”).

A UHE Rosal está localizada nos municípios de Bom Jesus de Itabapoana, no Estado do Rio de Janeiro, e São José do Calçado e Guaçuí, no Estado do Espírito Santo. O Contrato de Concessão para Geração e Transmissão de Energia Elétrica nº 001/97 foi assinado em 08 de maio de 1997, com prazo de duração da concessão para exploração de 35 anos.

Em 08 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.931, a ANEEL alterou o Anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE que repactuaram o risco hidrológico. Para a Rosal, o prazo de extensão foi de 1.314 dias, com novo fim da concessão previsto para 13/12/2035. Em 7 de outubro de 2022, foi assinado o aditivo ao contrato de concessão da usina para constar a nova data de vigência da outorga.

A UHE Rosal foi construída em 1999 e adquirida pela Cemig em dezembro de 2004. A Companhia é certificada nas normas ISO 9001, 14001 e OHSAS 18001.

A Cemig Geração e Transmissão SA, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

### 2. BASE DE PREPARAÇÃO

#### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico –

MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel por meio da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras regulatórias distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

Em 13 de abril de 2026, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a emissão destas Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

## **2.2 Bases de mensuração**

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

## **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas Demonstrações Contábeis Regulatórias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

## **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 8 – Intangível (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 14 – Receita (reconhecimento do fornecimento não faturado de Energia Elétrica);
- Nota 19 - Instrumentos financeiros e gestão de riscos (mensuração dos valores justos).

## 2.5 Políticas contábeis regulatórias materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas são as mesmas do societário e estão apresentadas nas demonstrações financeiras societárias, exceto quanto ao que estabelece a norma a seguir:

### *a) Imobilizado*

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas na Resolução 674/15, Manual de Controle Patrimonial vigente emitido pelo Órgão Regulador, que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de geração de energia elétrica, ajustadas em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Ao final da concessão, os ativos serão revertidos ao Poder Concedente. Os valores correspondentes aos investimentos realizados pela Companhia, não relacionados ao projeto básico e ainda não depreciados até o término da concessão, serão objeto de indenização, cuja metodologia de mensuração dos ativos e a forma de indenização será definida pela Aneel quando do término da concessão. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos nas demonstrações do resultado no momento do encerramento das ordens de desativação e de alienação.

*b) Intangível*

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os ativos referentes à servidão. São mensurados pelo custo incorrido na data da sua aquisição ou formação, menos as despesas de amortização, que quando aplicável é calculada pelo método linear.

*c) Receita*

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado.

**3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	Indexador	Taxa média a.a. %		2025	2024
		31/12/2025	31/12/2024		
<b>Contas bancárias</b>				<b>593</b>	<b>198</b>
<b>Aplicações Financeiras</b>					
Overnight <sup>(1)</sup>	Pré-fixada	14,6% a 14,9%	11,42% a 12,65%	1.065	671
<b>TOTAL</b>				<b>1.658</b>	<b>869</b>

(1) Consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

**4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS**

	Indexador	Taxas médias a.a. %		2025	2024
		2025	2024		
<b>Circulante</b>					
Letras financeiras bancos - LFs	CDI	103,5% a 110,02%	104,2% a 112,0%	9.986	1.178
Debêntures	CDI	TR + 1% a 109,88%	TR + 1% a 122,90%	142	21
Letras financeiras do tesouro - LFTs	Selic	15,11% a 15,12%	12,41% a 12,45%	1.315	305
				<b>11.443</b>	<b>1.504</b>
<b>Não Circulante</b>					
Letras financeiras bancos - LFs	CDI	-	104,2% a 112,0%	-	567
				<b>-</b>	<b>567</b>
				<b>11.443</b>	<b>2.071</b>

A classificação destes investimentos temporários está demonstrada na nota explicativa nº 19. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 18.

A Companhia classifica de forma consistente os rendimentos resgatados desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional,

pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

## 5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Descrição	Valores correntes		Valores renegociados	
	Corrente a vencer		Renegociação vencida	
	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Total 2025	Total 2024
Fornecimento industrial	-	8.223	8.223	8.958
Fornecimento não faturado	-	-	-	-
(-) Arrecad. processo classif.	-	-	-	-
(-) Arrecad. processo classif. Suprimento	-	-	-	(80)
Suprimento - Encargo de rede não faturado	3.925	-	3.925	12.757
<b>TOTAL</b>	<b>3.925</b>	<b>8.223</b>	<b>12.148</b>	<b>12.757</b>

Não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perda de créditos esperadas.

A exposição da Companhia ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 19.

## 6. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2025	2024
Depósitos judiciais		
Fiscais	133	133
Trabalhistas	379	389
Outras	27	25
<b>Total</b>	<b>539</b>	<b>547</b>

## 7. IMOBILIZADO

	Taxa média anual depreciação (%)	2025			2024		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Em serviço</b>							
Terrenos	2,35	2.035	-	2.035	2.035	-	2.035
Reservatórios, barragens e adutoras	2,08	42.356	(23.081)	19.275	42.356	(22.198)	20.158
Edificações, obras civis, benfeitorias	2,35	16.373	(9.464)	6.909	16.206	(9.106)	7.100
Máquinas e equipamentos	3,29	38.610	(18.247)	20.363	37.680	(17.001)	20.679
Veículos	-	76	(76)	-	76	(76)	-
Móveis e utensílios	6,25	48	(45)	3	48	(44)	4
		<b>99.498</b>	<b>(50.913)</b>	<b>48.585</b>	<b>98.401</b>	<b>(48.425)</b>	<b>49.976</b>
<b>Em curso</b>							
		<b>9.386</b>	<b>-</b>	<b>9.386</b>	<b>7.543</b>	<b>-</b>	<b>7.543</b>
<b>Total</b>	<b>2,60</b>	<b>108.884</b>	<b>(50.913)</b>	<b>57.971</b>	<b>105.944</b>	<b>(48.425)</b>	<b>57.519</b>

A movimentação do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas e alienações (B)	Transferências (C)	Adições líquidas = (A) – (B) + (C)	Valor bruto em 31/12/2025	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2025
Terrenos	2.035	-	-	-	-	2.035	-	2.035
Reservatórios, barragens e adutoras	42.356	-	-	-	-	42.356	(23.081)	19.275
Edificações, obras civis, benfeitorias	16.206	-	(62)	229	167	16.373	(9.464)	6.909
Máquinas e equipamentos	37.680	-	-	929	929	38.609	(18.247)	20.362
Veículos	76	-	-	-	-	76	(76)	-
Móveis e utensílios	48	-	-	-	-	48	(45)	3
<b>Subtotal</b>	<b>98.401</b>		<b>(62)</b>	<b>1.158</b>	<b>1.096</b>	<b>99.497</b>	<b>(50.913)</b>	<b>48.584</b>
<b>Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil</b>								
Máquinas e equipamentos	1.829	611	-	(929)	(318)	1.511	-	1.511
Outros	5.714	2.391	-	(229)	<b>2.162</b>	-	-	7.876
<b>Subtotal</b>	<b>7.543</b>	<b>3.002</b>	<b>-</b>	<b>(1.158)</b>	<b>1.844</b>	<b>9.386</b>	<b>-</b>	<b>9.387</b>
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>105.944</b>	<b>3.002</b>	<b>(62)</b>	<b>-</b>	<b>2.940</b>	<b>108.883</b>	<b>(50.913)</b>	<b>57.971</b>

Ativo Imobilizado em serviço	Valor bruto em 31/12/2023	Baixas (A)	Transf. (B)	Valor bruto em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2023
<b>Geração</b>						
Terrenos	2.035	-	-	2.035	2.035	2.035
Reservatórios, barragens e adutoras	42.356	-	-	42.356	20.158	21.041
Edificações, obras civis e benfeitorias	16.206	-	-	16.206	7.100	7.481
Máquinas e equipamentos	33.439	(5)	4.246	37.680	20.679	17.583
Veículos	76	-	-	76	-	-
Móveis e utensílios	48	-	-	48	4	6
<b>Subtotal</b>	<b>94.160</b>	<b>(5)</b>	<b>4.246</b>	<b>98.401</b>	<b>49.976</b>	<b>48.146</b>

Ativo Imobilizado em curso	Valor bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2024	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2023
<b>Geração</b>								
Máquinas e equipamentos	5.708	367	-	(4.246)	1.829	-	1.829	5.708
Edificações, obras civis e benfeitorias	42	-	-	-	42	-	42	42
Outros	578	5.094	-	-	5.672	-	5.672	578
<b>Subtotal</b>	<b>6.328</b>	<b>5.461</b>	<b>-</b>	<b>(4.246)</b>	<b>7.543</b>	<b>-</b>	<b>7.543</b>	<b>6.328</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>100.488</b>	<b>5.461</b>	<b>(5)</b>	<b>-</b>	<b>105.944</b>	<b>(48.425)</b>	<b>57.519</b>	<b>54.474</b>

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em curso	Material/ Equipamentos	Serviços de terceiros	Total
Máquinas e equipamentos	597	14	611
Edificações, obras civis e benfeitorias	229	2162	2391
<b>Total das adições</b>	<b>826</b>	<b>2.176</b>	<b>3.002</b>

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela Aneel. Os ativos não depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada devida à Concessionária. A taxa média de depreciação em 2025 é de 2,60% (2,50% em 2024).

## 8. INTANGÍVEL

	2025			2024		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
<b>Em serviço</b>						
Extensão da concessão - GSF	8.900	(2.732)	6.168	8.900	(2.123)	6.777
Servidão	249	-	249	249	-	249
	<b>9.149</b>	<b>(2.732)</b>	<b>6.417</b>	<b>9.149</b>	<b>(2.123)</b>	<b>7.026</b>
<b>Total</b>	<b>9.149</b>	<b>(2.732)</b>	<b>6.417</b>	<b>9.149</b>	<b>(2.123)</b>	<b>7.026</b>

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2024	Valor bruto em 31/12/2025	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2025
<b>Em serviço</b>				
Extensão da concessão - GSF	8.900	8.900	(2.732)	6.168
Servidão	249	249	-	249
	<b>9.199</b>	<b>9.149</b>	<b>(2.732)</b>	<b>6.417</b>
<b>Total do Intangível</b>	<b>9.199</b>	<b>9.149</b>	<b>(2.732)</b>	<b>6.417</b>

O ativo intangível de servidão refere-se ao direito de acesso aos terrenos por onde passam as linhas de transmissão e, portanto, não é amortizado.

## 9. FORNECEDORES

	2025	2024
<b>Circulante</b>		
Operação e Manutenção de Usina	3.829	3.688
Encargos de Uso da Rede de Distribuição	12	16
Suprimento de energia elétrica	1.558	134
<b>Total</b>	<b>5.399</b>	<b>3.838</b>

## 10. PROVISÕES

	2025		2024	
<b>Provisões</b>				
Ambientais		103		94
		<b>103</b>		<b>94</b>
	<b>31/12/2024</b>	<b>Adições</b>	<b>Liquidações</b>	<b>31/12/2025</b>
Trabalhistas	-	8	(8)	-
Ambientais	94	9	-	103
	<b>94</b>	<b>17</b>	<b>(8)</b>	<b>103</b>

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia provisionou processo de natureza ambiental, no montante de R\$103 (R\$94 em 31 de dezembro de 2024), o qual discute a autuação quanto ao suposto não atendimento de notificações provenientes de entidades ambientais competentes. Adicionalmente, possui passivo contingente relacionado a processo de natureza patrimonial, cuja expectativa de perda é considerada possível, no montante de R\$270 (R\$ 246 em 31 de dezembro de 2024), que se refere à constituição de faixa de servidão para passagem de linha de transmissão.

A Administração acredita que eventuais desembolsos, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

## 11. TRIBUTOS

### a) Impostos, Taxas e Contribuições

	2025	2024
<b>Circulante</b>		
PASEP	26	30
COFINS	119	139
ICMS	859	1.006
INSS	258	271
ISS	303	373
Outros	67	53
	<b>1.632</b>	<b>1.872</b>
<b>Não circulante</b>		
COFINS Diferido	628	536
PASEP Diferido	136	116
	<b>764</b>	<b>652</b>
<b>Total</b>	<b>2.396</b>	<b>2.524</b>

### b) Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher

	2025	2024
<b>Circulante</b>		
Imposto de Renda	136	68
Contribuição Social	213	108
<b>Total</b>	<b>349</b>	<b>176</b>

### c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	2025	2024
<b>Não Circulante</b>		
Imposto de Renda diferido	199	151
Contribuição Social diferida	80	81
<b>Total</b>	<b>279</b>	<b>232</b>

d) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

	2025	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>LUCRO PRESUMIDO</b>		
Receita Operacional Total	66.422	66.422
ICMS ST	(7.514)	(7.514)
Percentual de Presunção	8%	12%
<b>Receita Operacional Tributada</b>	<b>4.713</b>	<b>7.069</b>
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	2.573	2.573
Outras Receitas Financeiras	1.770	1.770
<b>Base de Cálculo</b>	<b>9.056</b>	<b>11.412</b>
Alíquota	15%	9%
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>1.358</b>	<b>1.027</b>
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$180)	882	-
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total</b>	<b>2.240</b>	<b>1.027</b>
Rendas de aplicações não resgatadas	190	190
Alíquota	25%	9%
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Rendas</b>	<b>47</b>	<b>18</b>
Receita por competência diferida	45	45
Percentual de Presunção	8%	12%
<b>Base de Cálculo</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
Alíquota	25%	9%
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Receita por Competência</b>	<b>1</b>	<b>-</b>
Amortização Custo GSF Diferido	(607)	(607)
Percentual de Presunção	8%	12%
<b>Base de Cálculo</b>	<b>(49)</b>	<b>(73)</b>
Alíquota	25%	9%
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Amortização Custo GSF</b>	<b>(12)</b>	<b>(7)</b>
<b>Corrente</b>	<b>2.240</b>	<b>1.027</b>
<b>Diferido</b>	<b>36</b>	<b>11</b>

31/12/2024

	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>LUCRO PRESUMIDO</b>		
Receita Operacional Total	63.728	63.728
ICMS ST	(7.601)	(7.601)
Percentual de Presunção	-	-
<b>Receita Operacional Tributada</b>	<b>4.490</b>	<b>6.735</b>
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	1.829	1.829
Outras Receitas Financeiras	1.183	1.183
<b>Base de Cálculo</b>	<b>7.502</b>	<b>9.747</b>
Alíquota	-	-
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>1.125</b>	<b>877</b>
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$180)	726	-
<b>Renda de aplicações</b>	<b>1.744</b>	<b>1.744</b>
<b>Renda de aplicações resgatadas</b>	<b>1.829</b>	<b>1.829</b>
Rendas de aplicações não resgatadas	(85)	(85)
Alíquota	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Rendas	(21)	(8)
<b>Receita por competência diferida</b>	<b>(61)</b>	<b>(61)</b>
<b>Percentual de Presunção</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Base de Cálculo	(5)	(7)
Alíquota	-	-
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Receita por Competência</b>	<b>(1)</b>	<b>(1)</b>
<b>Amortização Custo GSF Diferido</b>	<b>(607)</b>	<b>(607)</b>
<b>Percentual de Presunção</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Base de Cálculo	(49)	(73)
Alíquota	-	-
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Amortização Custo GSF</b>	<b>(12)</b>	<b>(7)</b>
<b>Corrente</b>	<b>1.852</b>	<b>877</b>
<b>Diferido</b>	<b>(35)</b>	<b>(14)</b>

## 12. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2025	2024
<b>Passivo Circulante</b>		
Reserva Global de Reversão - RGR	607	431
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	29	13
Empresa de Pesquisa e Expansão do Sistema Energético - EPE/MME	16	16
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	470	549
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	1.835	11
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	32	32
CDE sobre P&D	9	9
	<b>2.998</b>	<b>1.061</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	1.548
	-	<b>1.548</b>
<b>Total</b>	<b>2.998</b>	<b>2.609</b>

### a) Pesquisa, desenvolvimento e inovação

As concessionárias e permissionárias de geração e transmissão de energia elétrica devem destinar, anualmente, 1% da receita operacional líquida regulatória para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor elétrico.

A movimentação dos saldos para as contas de Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Pesquisa Expansão do Sistema Energético e Pesquisa e Desenvolvimento são conforme segue:

	FNDCT	MME	P&D
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>28</b>	<b>14</b>	<b>1279</b>
Adições	192	96	135
Pagamentos	(188)	(94)	-
Investimentos	-	-	(2)
Atualização financeira	-	-	145
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>32</b>	<b>16</b>	<b>1.557</b>
Adições	198	99	138
Pagamentos	(198)	(99)	-
Investimentos	-	-	(1.494)
Atualização financeira	-	-	138
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>32</b>	<b>16</b>	<b>339</b>

## 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$46.944, constituído por 46.944.467 (quarenta e seis milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – CEMIG GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

#### Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 2025 a Cemig GT realizou adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$10.000 com a finalidade de realização de investimentos na Companhia.

### b) Reservas

#### Reservas de lucros

A composição da conta de Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

<b>Reservas de Lucros</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Reserva Legal	9.385	9.389
Reserva de Lucros (Dividendos Adicionais Propostos)	11.084	12.608
<b>TOTAL</b>	<b>20.469</b>	<b>21.997</b>

#### Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia não constituiu Reserva Legal em 2025, uma vez que está limitada a 20% do Capital Social.

#### Reserva de Retenção de Lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia.

### c) Dividendos

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do

lucro líquido societário do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

O Art. 204 da Lei das SA estabelece que o Estatuto Social poderá autorizar os órgãos de Administração a declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

O estatuto social da Companhia estabelece que a Diretoria Executiva poderá declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares, inclusive com antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado societário está demonstrado abaixo:

	2025	2024
<b>Dividendos Obrigatórios</b>		
Resultado do Exercício	20.110	23.164
Realização do custo atribuído	2.051	2.052
	<b>22.161</b>	<b>25.216</b>
<b>Dividendos Propostos</b>		
Dividendos Obrigatórios	3.081	2.608
Dividendos intermediários pagos	8.000	10.000
Reserva especial	-	12.608
Dividendos Adicionais Propostos	11.080	-
<b>Total dos Dividendos</b>	<b>22.161</b>	<b>25.216</b>

#### d) Destinação do Resultado de 2025 – Proposta da Administração

##### Destinação do Resultado de 2025 – Proposta da Administração

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária - AGO a ser realizada em 2026, a seguinte proposta de destinação do resultado societário de 2025, no montante de R\$20.110, acrescido do saldo de lucros acumulados, no montante de R\$2.051, referente à realização da reserva de ajustes de avaliação em 2025:

- R\$8.000 distribuídos como dividendos intercalares em 2025;
- R\$3.081 referente aos dividendos mínimos obrigatórios;
- R\$11.080 referente aos dividendos adicionais.

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2025, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

## e) Movimentação dos dividendos obrigatórios

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>2.608</b>
Proposta de dividendos adicionais ref. 2024	12.608
Constituição de dividendos intercalares ref. 2025	8.000
Pagamento de dividendos	(23.216)
Proposta de dividendos obrigatórios ref. 2025	3.081
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>3.081</b>

## 14. RECEITA

	2025	2024
Receita Bruta de Energia Elétrica (a)	66.468	63.667
Deduções à Receita Operacional (b)	(17.012)	(15.577)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>49.456</b>	<b>48.090</b>

## a) Receita Bruta de Energia Elétrica

	2025	2024
Fornecimento Faturado – Industrial	63.647	61.587
Fornecimento Não Faturado	4.405	3.519
Suprimento a Outras Concessionárias	-	520
(-) Reversão Receita não faturada ano anterior	(3.999)	(3.670)
Transações com Energia na CCEE	2.415	1.711
<b>Total</b>	<b>66.468</b>	<b>63.667</b>

## b) Deduções à Receita Operacional

	2025	2024
COFINS	1.657	845
PASEP	359	183
ICMS	11.238	10.892
Reserva Global de Reversão – RGR	979	1.121
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	138	135
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	198	192
Empresa de Pesquisa e Expansão do Sistema Energético – EPE/MME	99	96
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	257	126
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	2.028	1.929
CDE sobre P&D	59	58
	<b>17.012</b>	<b>15.577</b>

**15. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS – PARCELA “A”**

	2025	2024
Energia elétrica comprada para revenda	9.482	6.296
Encargos de distribuição	5.021	5.000
	<b>14.503</b>	<b>11.296</b>

**16. CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B”**

	2025	2024
Pessoal e administradores (a)	2.622	2.673
Materiais	703	515
Serviços de Terceiros (b)	7.213	5.570
Depreciação e amortização	3.180	3.083
Provisões	17	9
Outras	110	149
	<b>13.845</b>	<b>11.999</b>

**(a) Pessoal e administradores**

	2025	2024
<b>Pessoal</b>		
<b>Outros</b>		
Remuneração	1.018	936
Encargos	351	353
Previdência privada	94	87
Participação nos lucros e resultados - PLR	149	145
Outros benefícios	464	614
<b>Convênio de compartilhamento</b>	<b>454</b>	<b>461</b>
<b>Administradores</b>	<b>92</b>	<b>77</b>
	<b>2.622</b>	<b>2.673</b>

**b) Serviços de Terceiros**

	2025	2024
Manutenção e Conservação de Instalações	3.082	2.437
Conservação e Limpeza de Prédios	654	555
Meio Ambiente	2.158	1.699
Comunicação	289	306
Auditoria externa	38	56
Tecnologia da Informação	147	121
Limpeza de faixa	150	-
Outros	695	396
	<b>7.213</b>	<b>5.570</b>

## 17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2025	2024
<b>Receitas Financeiras</b>		
Renda de Aplicação Financeira	2.763	1.744
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	1.734	1.137
Variação monetária de depósitos judiciais	9	4
Variação Monetária de créditos tributários	8	7
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	24	347
Outras Receitas Financeiras	19	35
	<b>4.557</b>	<b>3.274</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Variação Monetária	(138)	(144)
Outras Despesas Financeiras	(52)	(29)
	<b>(190)</b>	<b>(173)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>4.367</b>	<b>3.101</b>

## 18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

### Convênio de compartilhamento

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
<b>Infraestrutura e recursos humanos</b>								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	265	-	-	-	(654)	(678)
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	-	213	-	-	-	(25)
<b>Operação e manutenção</b>								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	1.745	431	-	-	(1.927)	(1.825)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento de operação e manutenção entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

## Dividendos

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Cemig Geração e Transmissão	-	-	3.081	2.608	-	-	-	-

A Diretoria Executiva aprovou a declaração de Dividendos no total de R\$3.081. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos JCP e Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 13.

## FIC Pampulha

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
<b>Circulante</b>								
Caixa e equivalentes	1.066	671	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	11.443	1.504	-	-	207	17	-	-
<b>Não circulante</b>								
Títulos e valores mobiliários	-	567	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

## Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são demonstrados na tabela abaixo:

	2025	2024
Remuneração	90	73
Participação nos resultados	32	20
Previdência privada	3	3
<b>Total</b>	<b>125</b>	<b>96</b>

A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022.

## 19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

### a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2025		2024	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
<b>Ativos</b>					
<b>Custo amortizado <sup>(1)</sup></b>					
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias		12.148	12.757	12.757	12.757
Depósitos Judiciais		539	547	547	547
		<b>13.871</b>	<b>13.871</b>	<b>13.304</b>	<b>13.304</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras		1.065	671	671	671
<i>Investimentos temporários</i>					
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	9.986	1.178	1.745	1.745
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	1.315	305	305	305
Debêntures		-	21	21	21
		<b>12.366</b>	<b>2.175</b>	<b>2.742</b>	<b>2.742</b>
		<b>26.237</b>	<b>16.046</b>	<b>16.046</b>	<b>16.046</b>
<b>Passivos</b>					
<b>Custo amortizado (1)</b>					
Fornecedores		(5.399)	(5.399)	(3.838)	(3.838)
		<b>(5.399)</b>	<b>(5.399)</b>	<b>(3.838)</b>	<b>(3.838)</b>

(1) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos em 2025 e 2024.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

### **Metodologia de cálculo do valor justo das posições**

**Aplicações Financeiras:** elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

### **b) Gestão de riscos**

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

#### **Risco de taxa de juros**

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

## Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

## Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores está apresentado conforme abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores	4.349	1.050	0	0	0	5.399
Passivo de Arrendamento	6	12	57	66	98	239
	<b>3.361</b>	<b>412</b>	<b>73</b>	<b>190</b>	<b>98</b>	<b>5.638</b>

## Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é produzida pela UHE Rosal. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

## 20. NOTAS DE CONCILIAÇÃO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentad no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

### a) Conciliação do Ativo Societário e Regulatório

Notas	2025			2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>CIRCULANTE</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	1.658	-	1.658	869	-	869
Investimentos temporários	11.443	-	11.443	1.504	-	1.504
Consumidores, concessionárias e permissionárias	12.148	-	12.148	12.757	-	12.757
Serviços em curso	21.2	1.495	(1.495)	-	-	-
Tributos compensáveis		359	-	359	289	-
Outros ativos	-	493	-	493	453	-
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>27.596</b>	<b>(1.495)</b>	<b>26.101</b>	<b>15.872</b>	<b>-</b>	<b>15.872</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						
Investimentos temporários		-	-	567	-	567
Tributos compensáveis		771	-	771	660	-
Depósitos Judiciais		539	-	539	547	-
Imobilizado	21.1	57.971	35.048	93.019	57.519	37.098
Intangível	21.1	6.417	49	6.466	7.026	48
Outros ativos		150	-	150	203	-
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>65.848</b>	<b>35.097</b>	<b>100.945</b>	<b>66.522</b>	<b>37.146</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>		<b>93.444</b>	<b>33.602</b>	<b>127.046</b>	<b>82.394</b>	<b>37.146</b>

## b) Conciliação do Passivo Societário e Regulatório

	Notas	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>CIRCULANTE</b>							
Fornecedores		5.399	-	5.399	3.838	-	3.838
Obrigações sociais e trabalhistas		755	-	755	727	-	727
Impostos, taxas e contribuições		1.632	-	1.632	1.872	-	1.872
Imposto de renda e contribuição Social		349	-	349	176	-	176
Dividendos a pagar		3.081	-	3.081	2.608	-	2.608
Encargos setoriais	21.2	2.998	(1.495)	1.503	1.061	(2)	1.059
Convênio de compartilhamento		266	-	266	213	-	213
Outros passivos circulantes		131	-	131	103	-	103
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>14.611</b>	<b>(1.495)</b>	<b>13.116</b>	<b>10.598</b>	<b>(2)</b>	<b>10.596</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>							
Impostos, Taxas e contribuições		279	-	279	232	-	232
Tributos diferidos		764	-	764	652	-	652
Encargos setoriais		-	-	-	1.548	-	1.548
Provisões		103	-	103	94	-	94
Outros passivos não circulantes		114	-	114	169	-	169
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.260</b>	<b>-</b>	<b>1.260</b>	<b>2.695</b>	<b>-</b>	<b>2.695</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>15.871</b>	<b>(1.495)</b>	<b>14.376</b>	<b>13.293</b>	<b>(2)</b>	<b>13.291</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>							
Capital social		46.944	-	46.944	46.944	-	46.944
Reservas de capital		160	-	160	160	-	160
Reservas de lucros		20.469	-	20.469	21.997	-	21.997
Adiantamento para futuro aumento de capital		10.000	-	10.000	-	-	-
Reserva de ajuste de avaliação patrimonial	21.1	-	35.097	35.097	-	37.148	37.148
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>77.573</b>	<b>35.097</b>	<b>112.670</b>	<b>69.101</b>	<b>37.148</b>	<b>106.249</b>
<b>PASSIVO TOTAL</b>		<b>93.444</b>	<b>33.602</b>	<b>127.046</b>	<b>82.394</b>	<b>37.146</b>	<b>119.540</b>

## c) Conciliação do Resultado Societário e Regulatório

	Notas	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>RECEITA</b>		<b>66.468</b>	-	<b>66.468</b>	<b>63.667</b>	-	<b>63.667</b>
Fornecimento de energia elétrica		68.052	-	68.052	66.817	-	66.817
Suprimento de energia elétrica		(3.999)	-	(3.999)	520	-	520
Energia elétrica de curto prazo		2.415	-	2.415	(3.670)	-	(3.670)
<b>TRIBUTOS</b>		<b>(13.254)</b>	-	<b>(13.254)</b>	<b>(11.920)</b>	-	<b>(11.920)</b>
ICMS		(11.238)	-	(11.238)	(10.892)	-	(10.892)
PIS/Pasep		(359)	-	(359)	(183)	-	(183)
Cofins		(1.657)	-	(1.657)	(845)	-	(845)
<b>ENCARGOS – PARCELA “A”</b>		<b>(3.758)</b>	-	<b>(3.758)</b>	<b>(3.657)</b>	-	<b>(3.657)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(494)	-	(494)	(481)	-	(481)
Reserva Global de Reversão – RGR		(979)	-	(979)	(1.121)	-	(1.121)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		(2.028)	-	(2.028)	(1.929)	-	(1.929)
Taxa Fiscalização Serv. Energia Elétrica – TFSEE		(257)	-	(257)	(126)	-	(126)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>		<b>49.456</b>	-	<b>49.456</b>	<b>48.090</b>	-	<b>48.090</b>
<b>CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"</b>		<b>(14.503)</b>	-	<b>(14.503)</b>	<b>(11.296)</b>	-	<b>(11.296)</b>
Energia elétrica comprada para revenda		(9.482)	-	(9.482)	(6.296)	-	(6.296)
Encargos de uso da rede de distribuição		(5.021)	-	(5.021)	(5.000)	-	(5.000)
<b>RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>		<b>34.953</b>	-	<b>34.953</b>	<b>36.794</b>	-	<b>36.794</b>
<b>CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"</b>		<b>(13.845)</b>	<b>(2.051)</b>	<b>(15.896)</b>	<b>(11.999)</b>	<b>(2.052)</b>	<b>(14.051)</b>
Pessoal e administradores		(2.622)	-	(2.622)	(2.673)	-	(2.673)
Materiais		(703)	-	(703)	(515)	-	(515)
Serviços de terceiros		(7.215)	-	(7.215)	(5.570)	-	(5.570)
Depreciação e amortização	21.1	(3.180)	(2.051)	(5.231)	(3.083)	(2.052)	(5.135)
Provisões		(17)	-	(17)	(9)	-	(9)
Gastos diversos		(108)	-	(108)	(149)	-	(149)
<b>RESULTADO DA ATIVIDADE</b>		<b>21.108</b>	<b>(2.051)</b>	<b>19.057</b>	<b>24.795</b>	<b>(2.052)</b>	<b>22.743</b>
<b>Resultado financeiro</b>		<b>4.367</b>	-	<b>4.367</b>	<b>3.101</b>	-	<b>3.101</b>
Receitas financeiras		4.557	-	4.557	3.274	-	3.274
Despesas financeiras		(190)	-	(190)	(173)	-	(173)
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	21.1	<b>25.475</b>	<b>(2.051)</b>	<b>23.424</b>	<b>27.896</b>	<b>(2.052)</b>	<b>25.844</b>
Despesa com tributos sobre o lucro		(3.314)	-	(3.314)	(2.680)	-	(2.680)
<b>Resultado líquido</b>		<b>22.161</b>	<b>(2.051)</b>	<b>20.110</b>	<b>25.216</b>	<b>(2.052)</b>	<b>23.164</b>

**d) Conciliação do Patrimônio Líquido Societário e Regulatório**

	2025	2024
<b>Patrimônio líquido societário</b>	<b>112.670</b>	<b>106.249</b>
<b>Efeito dos ajustes de práticas contábeis</b>		
Reavaliação - Custo atribuído	(35.097)	(37.148)
<b>Patrimônio líquido regulatório</b>	<b>77.573</b>	<b>69.101</b>

**e) Conciliação do Lucro Líquido Societário e Regulatório**

	2025	2024
<b>Lucro líquido societário</b>	<b>20.110</b>	<b>23.164</b>
<b>Efeito dos ajustes de práticas contábeis</b>		
Reavaliação do custo atribuído	2.051	2.052
<b>Total dos ajustes de práticas contábeis</b>	<b>2.051</b>	<b>2.052</b>
<b>Lucro líquido regulatório</b>	<b>22.161</b>	<b>25.216</b>

As principais alterações entre os saldos apresentados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias e nas Demonstrações Financeiras Societárias são como segue:

***21.1. Imobilizado e Intangível***

Os efeitos são decorrentes das diferenças de práticas contábeis entre a contabilidade societária e a regulatória. Na adoção das normas internacionais de contabilidade em 2010, a Companhia registrou os ativos de geração utilizando o custo atribuído na data, conforme laudo de avaliação realizado por empresa avaliadora. Conforme MCSE, nas demonstrações contábeis regulatórias são estornados os saldos do ativo, da reserva de ajustes de avaliação patrimonial e a consequente depreciação e realização desses saldos no Resultado do Exercício.

### 21.2. Serviços em curso - serviço próprio (P&D e PEE)

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos serviços em curso, relativos aos projetos financiados pelos recursos de P&D e PEE, são apresentados em serviços em curso, no caso do ativo, e em encargos setoriais, no caso do passivo. De acordo com a técnica de funcionamento 7.2.98 do MCSE, a compensação dos valores só poderá ser realizada quando da conclusão dos respectivos projetos.

\*\*\*\*\*

**Marco da Camino Ancona Lopez Soligo**  
Diretor-Presidente

**Sérgio Teixeira de Castro**  
Diretor

**Andrea Marques de Almeida**  
Diretora

**Luiza de Almeida Pereira Lopes**  
Superintendente de Controladoria

**Bruno Philipe Silvestre Rocha**  
Gerente de Contabilidade Financeira e  
Participações  
Contador - CRC - MG - 121.569/O-7

## TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo V inciso XVII, da Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Belo Horizonte, 13 de abril de 2026.

Outorgada: Rosal Energia S.A.

**Marco da Camino Ancona Lopes Soligo**  
Diretor- Presidente

**Sérgio Teixeira de Castro**  
Diretor- Presidente

**Andrea Marques de Almeida**  
Diretora

**Luiza de Almeida Pereira Lopes**  
Superintendente de Controladoria

**Bruno Phillipe Silvestre Rocha**  
Gerente de Contabilidade Financeira e  
Participações  
Contador- CRC-MG-121.569/O-7

### RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 846, DE 11 DE JUNHO DE 2019

Art. 13º - Constitui infração do Grupo V:

(...)

XVII – Fornecer documentos ou informações falsas à ANEEL;

### CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.